

Sr. Secretário-Geral de Administração (SGA),

Cuida o presente administrativo dos procedimentos para contratação direta, com fulcro no inciso II do art. 74 da Lei Federal n. 14.133/2021, da empresa **17.441.542 JOAQUIM JOSE SOUZA SANTOS RODRIGUES PEREIRA**, conforme Declaração de Exclusividade, peça inserida aos autos pela unidade requisitante, para realização de 01 Pocket Show de 02 (duas) horas, no dia 30/10/2024, das 12h às 14h, no Jardim Interno deste Tribunal.

Tendo em vista o presente ter percorrido todas as etapas administrativas necessárias para a contratação em tela, da justificativa da Diretoria-Geral de Relações Institucionais e Comunicação, contida na Solicitação Interna n. DRC0362, de 05/09/2024, peça eletrônica n. 7, a **Coordenadoria de Licitações e Contratos (CLC)**, em sua instrução datada de 13/09/2024, considerou que:

- a) A contratação tem respaldo no inciso II do *caput* do art. 74 da Lei Federal n 14.133/2021, “**Inexigibilidade de Licitação**”, por tratar-se de contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;
- b) Que a empresa encaminhou a Proposta Comercial no valor de R\$3.000,00 (três mil reais), peça eletrônica n. 15, justificando o preço por meio da apresentação de notas fiscais de outras contratações conforme documentos acostados às peças eletrônicas n.s 13 e 14;
- c) A futura contratada forneceu os dados bancários para a emissão do respectivo empenho – peça eletrônica n. 2;
- d) Elaboração da Proposta-Detalhe n. 47/2024, peça eletrônica n. 3, estando a mesma assinada pelo representante legal da empresa, conforme documento de identificação do mesmo, peça eletrônica n. 4;
- e) Que foi anexada aos autos a Declaração de Exclusividade, concedida pela empresa representante exclusiva do projeto Rio Jazz Lounge, formado por diversos artistas, conforme preconizado no § 2º do art. 74 da Lei Federal n. 14.133/2021, peça eletrônica n. 11; e

- f) A futura contratada possui as condições de habilitação exigidas para a formalização da contratação pretendida, não apresentando impedimentos diretos e indiretos (peças eletrônicas n.s 5 e 6);

Ainda, considerando ser contratação de baixo valor, ressalta pela desnecessidade de encaminhamento do processo à submissão da análise de legalidade pelo órgão de assessoramento jurídico, a que se refere o § 4º do art. 53 da Lei Federal n. 14.133/2021, considerando o contido no inciso IV do art. 1º da Portaria PGT n. 001, de 09/07/2024, que regulamenta as **hipóteses de dispensa de análise jurídica em processos licitatórios** no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), *in verbis*,

“Art. 1º - Ficam dispensadas de análise jurídica específica pela Procuradoria Geral do Tribunal (PGT), na forma §5º do art. 53 da Lei nº 14.133/2021, as seguintes hipóteses de contratações diretas:

(...)

IV – **contratações de profissionais do setor artístico, nos termos do inciso II do art. 74 da Lei nº 14.133/2021**, para apresentações culturais, no interior das dependências do TCE-RJ, quando realizada diretamente com o artista ou com seu empresário exclusivo, assim considerado aquele que ateste a exclusividade permanente e contínua do artista, observado o §2º do aludido dispositivo legal, desde que devidamente caracterizado nos autos que o referido prestador é consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, e ainda que haja uma justificativa da pertinência de seu trabalho ou experiência com a contratação específica a ser realizada, sendo recomendável a observância da necessidade de verificação de pagamento pelo prestador de ECAC, nos termos do entendimento firmado no Processo TCE-RJ nº 300.475-2/24.” – grifo nosso

Ao final, submete os autos a esta SUBLIC para análise e deliberação e, se for o caso, seja autorizada a despesa.

Pois bem, em que pese as diligências empreendidas pela CLC, de fato trata-se de contratação de profissional do setor artístico, consagrado pela crítica especializada, por meio de empresário exclusivo, hipótese prevista no inciso II do *caput* do art. 74 da Lei Federal n. 14.133/2021.

Nesse diapasão, verificado o preenchimento dos requisitos pertinentes a que se refere o art. 72 da lei supramencionada, entendemos não haver óbice à contratação direta em questão.

Por derradeiro, considerando as disposições sobre responsabilidades, procedimentos e prazos atinentes ao ciclo da contratação, previstos no Ato Normativo n. 249, de 05/12/2023, impende registrarmos que os autos **foram inaugurados em 06/09/2024** e que, a data entre a última instrução processual promovida pela CLC, em 13/09/2024, e o encaminhamento do processo a esta SUBLIC, na mesma data, vê-se que o prazo contido na Tabela II da norma supramencionada foi respeitado.

Isto posto, considerando o informado pela **CLC** nas peças eletrônicas n. 1 e 2 e, pela dispensa de análise jurídica específica pela Procuradoria-Geral do Tribunal (PGT), na forma do inciso IV do art. 1º da Portaria PGT n. 001, de 09/07/2024, **opina-se** pela autorização da contratação direta, nos termos do inciso II do *caput* do art. 74 da Lei Federal n. 14.133/2021 com o consequente envio à **CPG** para emissão de empenho em favor da empresa **17.441.542 JOAQUIM JOSE SOUZA SANTOS RODRIGUES PEREIRA**, CNPJ n. 17.441.542/0001-00, no valor de **R\$3.000,00 (três mil reais)**, à conta do exercício financeiro de 2024, com o posterior envio à **Coordenadoria de Gestão Administrativa de Contratos (CGA)**, para ciência e demais providências cabíveis.

SUBLIC, na data da assinatura digital.

Eduardo dos Santos
Assistente
Matr.: 02/004829/0-6

À Coordenadoria de Planejamento Gerencial e Execução Orçamentária (CPG),

Em consonância com o estabelecido no art. 42 da Lei Complementar Federal n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)¹ e, considerando tratar-se de nova contratação, ao avaliar o enquadramento da despesa em tela quanto aos requisitos de pré-existência, continuidade e essencialidade, declaro tal despesa como: **NÃO TIPIFICADA**.

Ante o exposto, verificada a regularidade do procedimento em tela, e considerando o inciso IV do art. 1º da Portaria PGT n. 001, de 09/07/2024, **AUTORIZO**, ex vi do inciso VIII do art. 72 da Lei Federal n. 14.133/2021, do Ato Executivo n. 25.541, de 04/03/2023 c/c alínea d do inciso V do art. 11 do Ato Normativo n. 247, de 14/11/2023, a contratação direta pretendida com fundamento no inciso II do art. 74 da Lei Federal n. 14.133/2021 e a consequente emissão de empenho, em favor da empresa abaixo mencionada:

Favorecido	CNPJ	Valor R\$
17.441.542 JOAQUIM JOSE SOUZA SANTOS RODRIGUES PEREIRA	17.441.542/0001-00	3.000,00

Posteriormente, solicitamos o encaminhamento do processo à **Coordenadoria de Gestão Administrativa de Contratos (CGA)**, para as demais providências, em especial quanto à:

- Verificação das exigências legais quando for efetuada a contratação; e
- Publicidade da Nota de Empenho no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o que deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis, da emissão da referida nota de empenho, em observância ao disposto no § Único do art. 72, inciso II do art. 94, e inciso I do art. 174, todos da Lei Federal n. 14.133/2021.

SGA, na data da assinatura digital.

MARCELO LANGELI CERANTO
Secretário-Geral de Administração
Matrícula n. 02/4345/0-6

¹ [1] Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito. (Vide Lei Complementar nº 178, de 2021) (Vigência)

Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.